



O PANORAMA POLÍTICO

UM FOCO ANALÍTICO SEMANAL SOBRE O PLANALTO E A POLÍTICA

BRASÍLIA, 13 DE JUNHO DE 2021

POR MÁRCIO FERNANDES

PANORAMA EM BRASÍLIA: PRESSIONADO, O BOLSONARISMO RESPONDE COM MAIS BOLSONARISMO

Nas últimas semanas, a intensificação do ambiente de crise, o arquivamento pelo Comando do Exército de denúncia quanto a atividades políticas praticadas pelo General da ativa e ex-Ministro da Saúde Eduardo Pazuello e o acirramento das tensões no âmbito das polícias dos estados fizeram com que surgissem diversos alertas nas mídias acerca do elevado estresse imposto às instituições garantidoras da "boa" democracia no país. Jornalistas, pesquisadores e analistas têm, muito recentemente, alertado que o acompanhamento do processo político no Brasil não pode mais ser feito sem o monitoramento dos militares das Forças Armadas e dos estados. Esta parece ser uma "nova" descoberta entre os observadores do Brasil.

No entanto, há mais de um ano (em relatório elaborado para a *Ohmresearch* em 27 de maio de 2020), já alertávamos da importância do monitoramento dos setores militares e demais agentes de segurança pública para uma melhor compreensão das perspectivas políticas no Brasil ao longo dos próximos meses. À época, a abordagem era vista como controversa. Mas os desdobramentos do cenário local mostraram que ela estava correta.

NO PLANALTO: SEGUINDO CONSOLIDADA ESTRATÉGIA DE DOMINÂNCIA POLÍTICA

Naquela ocasião, explicamos que o Bolsonarismo possui uma estratégia relativamente consistente e previsível de busca pela dominância sobre as demais instituições políticas do país. Tal busca é alimentada por um discurso tendente à radicalização de atos – mas, principalmente, de palavras – com vistas a intimidar opositores e demonstrar capacidade de mobilização de setores da sociedade mais fiéis ao Presidente da República. Parte importante destes setores está concentrada nas polícias e nos corpos militares da União e dos estados, onde há notável parcela de simpatizantes do Bolsonarismo – especialmente entre praças e oficiais de baixa e média patentes. E é justamente por isso que, hoje



(assim como há um ano) estes grupos precisam ser monitorados como atores relevantes do processo político local. Os oficiais representantes das altas cúpulas militares também precisam ser acompanhados. Como dissemos no relatório de maio de 2020, este setor das Forças Armadas possui tradicionalmente em seu conjunto (guardadas as exceções de integrantes mais radicais) um pensamento político próprio e independente ao Bolsonarismo. Trata-se de um programa político de influência mais discreta, tutelar e sofisticada que encontrou na candidatura de Bolsonaro uma aliança tática, conjuntural, mas não permanente.

No entanto, nem sempre o processo de radicalização vindo do Bolsonarismo é crescente. Ele tende a se apresentar com mais vigor em momentos críticos ao Planalto – tais como nos picos de crise econômica e pandêmica e, agora, à medida que as investigações da *CPI da Pandemia* avançam sobre o Governo. Por isso, com o desdobramento dos depoimentos naquela Comissão destacando eventuais erros de gestão da crise pandêmica por parte do Governo, o Bolsonarismo naturalmente responde com mais Bolsonarismo (que se manifesta na forma das “motociatas”, dos discursos mais conflituos e do desafio público por meio do fortalecimento político de aliados sob forte ataque dos veículos de mídia). No entanto, no curto prazo, mais do que sinalizar que se deseja avançar para “as vias de fato”, o que o Bolsonarismo deseja é demonstrar força e capacidade de mobilização.

Tal expediente atende a duas necessidades: primeiro, mantém a mobilização de uma faixa social relativamente expressiva e sonora - ainda que não majoritária - que sustenta os ânimos do Governo a partir de suas pautas mais radicais; segundo, dá algum tempo ao Governo em sua tentativa de organizar setores – em especial, os distintos ramos militares - considerados essenciais por este núcleo do Bolsonarismo para aumentar o poder presidencial frente a outras instituições políticas (tais como o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e os Governos Estaduais). Como perspectiva de fundo, há uma aposta do Planalto: com o avanço do processo de vacinação em massa, a evolução positiva de indicadores macroeconômicos e o avanço ainda que parcial no Congresso de pautas reformistas simpáticas ao Mercado, o Presidente da República terá fôlego para sobreviver aos ataques do 2º semestre, permanecendo ao longo do próximo ano como um candidato forte, competitivo e apoiado por setores mais radicais presentes nas ruas e nas redes sociais.

Tal aposta ainda tem desfecho incerto. Os avanços dos trabalhos da CPI têm atingido fortemente o Presidente da República e os resultados da última rodada de Pesquisas XP/Ipespe (realizada entre os últimos dias 7 e 10 de junho) indicaram que 50% dos entrevistados consideraram a administração federal “ruim” ou “péssima”, sendo o pior número da série desde o início do Governo e a nona alta consecutiva destes indicadores negativos. A pesquisa também mostrou o ex-Presidente Lula com 4 pontos à frente de Bolsonaro (32% contra 28%, avanço de 3 pontos em relação à pesquisa de maio) na intenção de voto para a Presidência da República em 2022. Para o segundo turno, Lula abriu 9 pontos de vantagem em relação a Bolsonaro (45% contra 36%). No campo econômico, o ensaio de melhora dos indicadores macroeconômicos ainda não alcançou consistência na economia real. Segundo dados do Ibre-FGV, ainda que a economia brasileira tenha crescido 1,2% entre janeiro e março de 2021, os rendimentos *per capita* do trabalho para o mesmo período teriam reduzido cerca de 10% (de R\$ 1.185 para R\$ 1.065), com taxa de desocupação de 14,7% e inflação medida pelo IPCA acumulando 8,06% em 12 meses.



Tudo isto somado aponta para a percepção de que a estratégia de dominância do Governo ainda necessita de fôlego para superar os desafios dos próximos meses. Para além, é necessário destacar que, em ambiente de continuidade das pressões contrárias e de avanço dos ataques ao Governo no âmbito da CPI, o Bolsonarismo fortalecerá o discurso de radicalização e incrementará estratégias que permitam a imposição mais ampla possível do poder presidencial sobre o conjunto do sistema político (mesmo que isso signifique o tensionamento dos limites legais em vigor no país e o enfraquecimento do sistema de freios e contrapesos entre os Poderes). Trata-se de alerta necessário tendo em vista os potenciais de desorganização do Sistema Político brasileiro ao longo de 2022 e as perspectivas de crise política permanecem com viés de alta. Neste contexto, fortalece-se uma máxima: muitas vezes, o melhor conselho não é aquele dado por quem só diz o que o aconselhado quer ouvir. Para entender os caminhos do processo político brasileiro nos próximos meses, será necessário monitorar as fortalezas e as fraquezas dos atores em disputa, tendo-se a consciência de que o momento do jogo é turvo, com peças ainda em movimento. Não há vitória antecipada para quaisquer dos lados e o ambiente brasileiro segue sendo de prudência e de necessidade de revisão de cenários em intervalos mais curtos.

NO CONGRESSO: EM BUSCA DE RESPOSTAS RÁPIDAS AO BOLSONARISMO E AGENDA POLÍTICA DA SEMANA

Como dissemos, o atual momento é tendente a demonstrações de radicalização por parte do Planalto dada a sensação de entrincheiramento do Governo. Desde o arquivamento pelo Comando do Exército das acusações de atividade política impostas ao General Pazuello, acendeu-se luz de alerta no mundo político. Entre setores do Congresso que se opõem ao Planalto, houve alerta tardio: é necessário expor publicamente com mais intensidade os erros do Planalto na gestão da Pandemia para evitar que o Bolsonarismo – que ainda é forte e eleitoralmente competitivo – tenha mais meios para colocar o Sistema Político em "xeque". Interpreta-se: o Presidente avançará progressivamente em sua estratégia de dominância e de ameaça às instituições e, em um cenário futuro positivo ao Planalto (isto é, de avanço da vacinação, queda nas contaminações e de retomada da economia), o Sistema Político e seus principais atores serão sitiados caso não haja uma reação em tempo. Trata-se de uma corrida que já se iniciou e resta saber quem chegará primeiro ao prêmio. Disso dependerá - segundo alguns - a estabilidade das instituições baseadas na Constituição de 1988.

Por isso, no Senado, lideranças de oposição na CPI decidiram que precisam avançar mais concretamente nos sinais públicos de responsabilização do Presidente na má gestão da crise da Pandemia. As evidências quanto à existência de um "Gabinete Paralelo" de combate à Pandemia serão exaustivamente exploradas e, a partir disso, haverá avanço para uma nova etapa: consolidada a interpretação segundo a qual desenhou-se no Planalto a hipótese da viabilidade de uma "imunização de rebanho", passa-se nesta semana a fase em que se tenta identificar a eventual existência de personagens responsáveis por advogar tal abordagem heterodoxa. Por extensão, a CPI também buscará indicar nexos entre este "grupo paralelo" e o desenho de ações de Saúde Pública que não foram capazes de fazer frente à enorme mortandade verificada neste ciclo pandêmico no país. A busca seguinte será por estabelecer responsabilizações pessoais e inseri-las no arcabouço jurídico mais conveniente.



Por tudo isso posto, o Senado Federal continuará tendo a sua agenda fortemente influenciada pelos acontecimentos da CPI. Na 3ª feira (15), será ouvido o ex-Secretário de Saúde do estado do Amazonas Marcellus Campêlo, investigado no âmbito da *Operação Sangria* da Polícia Federal por desvio de recursos destinados ao combate à Pandemia. Há expectativa de um depoimento tenso em que o ex-Secretário será atacado por governistas e oposicionistas. Com a concessão de *habeas corpus* pelo STF ao Governador do Amazonas Wilson Lima, reduziu-se muito a expectativa de se ouvir outros Governadores no âmbito da Comissão. Por isso, pressões antes destinadas aos Chefes dos Executivos estaduais recairão sobre seus auxiliares. Na 4ª feira, há a previsão de depoimento do ex-Governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel (com potencial de conteúdo que ataque frontalmente o Planalto). Outros depoimentos previstos são os do auditor do TCU Alexandre Marques (autor de levantamento paralelo que questiona o número real de mortes por Covid-19 no país) na 5ª feira e dos médicos Dimas Zimmermann e Francisco Eduardo Alves (que discutirão tratamento precoce), ambos na 6ª feira. Ainda é aguardada a confirmação do depoimento do empresário bolsonarista Carlos Wizard (apontado como integrante do “Gabinete Paralelo”), uma vez que o empresário busca negociar sua ida à Comissão (havendo a possibilidade de que ele já se encontre fora do país).

Paralelamente à CPI, o Plenário do Senado deve dar seguimento às negociações tendentes à apreciação da Medida Provisória n.º 1003/2021 relatada pelo Sen. Marcos Rogério (DEM/RO) e que dispõe sobre a privatização da Eletrobras. A Medida Provisória precisa ser votada rapidamente, sob o risco de perder seus efeitos no dia 22/06. No entanto, há grande insatisfação entre os Senadores com o texto vindo da Câmara e a perspectiva é a de que a matéria seja novamente emendada no Senado para ter sua avaliação final feita em seu retorno para a análise dos Deputados na forma de um Projeto de Lei de Conversão. O cerne das indisposições diz respeito a emendas vindas da Câmara (os “jabutis”) que dão previsão de uso em maior volume de termelétricas (mais custosas ao consumidor), o que tem preocupado setores produtivos energeticamente intensivos e que se fizeram representar no Senado. Caso exista acordo entre as lideranças das duas Casas em torno deste tema, a matéria poderá avançar. Do contrário, a perspectiva é a de que a Medida Provisória possa caducar no dia 22/06.

Na Câmara dos Deputados, há a expectativa de apreciação de requerimento de urgência para a votação do PL n.º 10.887/2018 relatado pelo Dep. Carlos Zarattini (PT/SP) e que altera a Lei de Improbidade Administrativa. Dentre os principais pontos da proposta estão o estabelecimento de que apenas “condutas dolosas” de agentes públicos possam ser objeto de punição (excluindo-se ações restritas a negligência, imprudência ou imperícia), o escalonamento de sanções e a competência privativa do Ministério Público para propor ações de improbidade. A Medida Provisória n.º 1040/2021 de trata de melhorias do ambiente de negócios também pode ser apreciada nesta semana. A matéria simplifica a abertura de empresas de comércio exterior, amplia competências das assembleias de acionistas e introduz o princípio de “voto plural” (que permite a abertura de capital social com a venda de até 85% de suas ações, mantendo-se controle com a detenção de 15% dos papéis restantes). A Mesa da Câmara também aguarda a apresentação de relatório para o PL n.º 2.633/2020, que estabelece novos critérios de regularização fundiária para imóveis da União.

Por fim, ainda longe de sinalizar avanços deliberativos substanciais, duas matérias de fôlego (as PECs da “Reforma Política” e da “Reforma Administrativa”) serão objeto de debates entre líderes e comissões da Câmara dos Deputados. A Comissão Especial para a Reforma Administrativa tem



previsão de instalação nesta 4ª feira (16), com a apresentação de respectiva plano de trabalho, apreciação de requerimentos e definição de Vice-Presidentes setoriais. Na semana passada, foram eleitos os Deps. Fernando Monteiro (PP/PE) e Arthur Maia (DEM/BA) como presidente da Comissão e relator da matéria, respectivamente.

O **Panorama Político**® é um produto exclusivo para seus clientes e está sujeito aos limites de circulação e sigilo estabelecidos pelo termo contratual que propiciou sua produção e distribuição. Sua distribuição para além das pessoas e agentes autorizados é possível mediante autorização expressa e documentada das partes contratantes. Issued in Brasília by OLIMPIO&SONS Ltd.

©OLIMPIO&SONS 2020. The respective key symbols are among the registered and unregistered trademarks of OLIMPIO&SONS. All rights reserved.

